



Concurso Público n.º CP_04/PdJ/2024

Aquisição de serviços de AOV por 48 meses

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO



SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto do procedimento

1. O presente programa do procedimento compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do procedimento de aquisição de serviços de AOV por 48 meses, de acordo com os requisitos técnicos constantes da Parte II do caderno de encargos e é constituído pelos seguintes lotes:
 - a. Lote 1: Aquisição de Ligeiro de Passageiros - Médio Superior III — Híbrido; e
 - b. Lote 2: Aquisição de Ligeiro de Passageiros - Inferior — Híbrido.
2. A presente aquisição compreende 2 (dois) lotes, sendo admitidas propostas para a totalidade dos lotes ou para qualquer um deles.

Cláusula 2.ª

Entidade adjudicante

A entidade pública contratante é a Provedoria de Justiça., sito no Palácio Vilalva, Rua Marquês da Fronteira, 1069-452 Lisboa, com o telefone n.º 21 392 66 00, com o endereço de correio eletrónico patrimonio@provedor-jus.pt e no sítio de internet em www.provedor-jus.pt.

Cláusula 3.ª

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho da Senhora Secretária-Geral da Provedoria de Justiça, datado de 29 de novembro de 2024, no uso das competências que lhe foram delegadas por despacho da Senhora Provedora de Justiça n.º 2848/2023, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 2 de março, nos termos e em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 36.º e no artigo 38.º, ambos, do CCP, conjugado com despacho de autorização da Senhora Provedora de Justiça para a assunção de compromissos plurianuais.

Cláusula 4.ª

Procedimento adotado

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), é adotado o procedimento por Concurso Público sem publicação do Jornal Oficial da União Europeia.

Cláusula 5.ª

Disponibilização das peças do procedimento

1. Este procedimento é tramitado eletronicamente, através da plataforma com o endereço em <http://www.acingov.pt> não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica.
2. As peças do procedimento encontram-se disponíveis para descarregamento gratuito na plataforma eletrónica.
3. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante e os candidatos ou concorrentes são obrigatoriamente feitas através da referida plataforma.

Cláusula 6.ª

Peças que constituem o Procedimento

O processo relativo ao presente procedimento é composto pelas seguintes peças:

- a) Programa do procedimento e respetivos anexos;
- b) Caderno de encargos; e
- c) Anúncio do Diário da República.

Cláusula 7.ª

Participação

1. É Interessado aquele que manifeste interesse no procedimento através da inscrição no mesmo através da plataforma eletrónica utilizada pelo Provedor de Justiça. <http://www.acingov.pt>.
2. É Concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa no procedimento mediante a apresentação de uma proposta e que não se encontre em nenhuma das situações referidas no artigo 55º do CCP.



3. Podem, também, ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
 - 3.1. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto nos números anteriores, nem integrar outro agrupamento concorrente.
 - 3.2. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
 - 3.3. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio.

Cláusula 8.ª

Órgão competente para prestar esclarecimentos

1. O presente Procedimento é conduzido por um júri constituído por três membros efetivos e por dois membros suplentes, nomeados pela entidade pública adjudicante, conforme nº 1 do artigo 67º do CCP.
2. O órgão competente para prestar esclarecimentos é o Júri do concurso, nos termos do nº 2 do artigo 69º do CCP.
3. Qualquer pedido de esclarecimentos deve ser dirigido ao júri do procedimento através da plataforma eletrónica de compras utilizada pela Provedoria de Justiça.
4. Os esclarecimentos devem ser prestados pelo júri pela mesma via.
5. Ao júri do procedimento concursal compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências com aquele relacionado, nos termos dos artigos 67º a 69º do CCP, nomeadamente, a prestação dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a apreciação das propostas, a elaboração dos respetivos relatórios de análise das propostas e a realização do direito de audiência prévia dos concorrentes.

Cláusula 9.ª

Competência do júri

1. Compete nomeadamente ao júri do procedimento:



-
- a) A prestação dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento;
 - b) Proceder à apreciação das candidaturas;
 - c) Proceder à apreciação das propostas;
 - d) Elaborar os relatórios de análise das propostas;
2. O júri pode solicitar quaisquer esclarecimentos sobre a proposta apresentada, que considere necessários para efeitos da sua análise e avaliação.
 3. O concorrente deverá providenciar respostas adequadas às solicitações do júri no prazo de cinco dias úteis.

Cláusula 10.^a

Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do Procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetadas.
2. Os esclarecimentos previstos no número anterior serão prestados pelo júri do procedimento, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a entrega das propostas.
3. Os esclarecimentos referidos nos números anteriores serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela Provedoria de Justiça, e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, fazendo parte integrante destas e prevalecendo sobre estas em caso de divergência, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto.
4. Quando os esclarecimentos prestados sobre as peças do procedimento sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.



SECÇÃO II

PROPOSTAS

Cláusula 11.ª

Proposta e seus elementos

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta, os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e demais documentação anexa.
3. Os concorrentes poderão apresentar propostas para um ou mais dos lotes discriminados na cláusula 1.ª, sem limitação do número de lotes.

Cláusula 12.ª

Documentos que constituem a proposta

1. A proposta deve indicar as condições em que o concorrente se dispõe a contratar e ser instruída de acordo com o disposto no artigo 57.º do CCP, devendo englobar os documentos que se especificam no número 2 desta cláusula, sob pena de exclusão, nos termos do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. A proposta deverá ser organizada de modo a conter os seguintes elementos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, que se anexa ao presente Programa e do qual faz parte integrante, assinada pelo concorrente ou por representante legal com poderes para o obrigar;
 - b) Proposta, com menção do lote ou lotes a que concorre, que deverá indicar:
 - Proposta com indicação do preço mensal unitário, por bem, sem inclusão do IVA;
 - Preço total, sem inclusão do IVA;
 - Preço por Km adicional e por Km não percorrido, sem inclusão do IVA;



-
- Características da(s) viatura(s);
 - Nível de emissões poluentes; e
 - Local onde os bens podem ser entregues/levantados (nas instalações da Provedoria de Justiça ou nas instalações do adjudicatário).
- c) O preço global do lote deverá ser expresso em euros, em algarismos e por extenso, e não inclui o IVA, devendo o concorrente indicar a respetiva taxa legal aplicável deste imposto. Em caso de divergência, os preços constantes da proposta indicados por extenso prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos;
- d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou, em sua substituição, o código de acesso para consulta *on-line*.
3. Integram igualmente a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57º do CCP.
4. A proposta e todos os documentos que lhe associarem devem ser assinados pelo concorrente ou por representante legal com poderes para o obrigar, de acordo com o número 4 do artigo 57.º do CCP, devidamente conjugados com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, sob pena de exclusão da proposta nos termos do nº 2 do artigo 146º do CCP.
5. Caso o concorrente pretenda fazer-se representar por uma terceira entidade na qualidade de mandatário para, em seu nome e representação, apresentar e subscrever a sua proposta, deverá ainda instruir a sua proposta com instrumento de mandato, no qual confira poderes a essa entidade para, em seu nome e representação:
- a) Assinar todos os documentos que constituem a proposta, assumindo total responsabilidade por todas as declarações que efetue em nome da concorrente no âmbito do presente procedimento;
 - b) Registrar-se na plataforma utilizada pela Provedoria de Justiça. e nela submeter a sua proposta;
 - c) Receber e responder a todas as notificações e comunicações que, no âmbito do presente Procedimento, sejam dirigidas ao concorrente pela Provedoria de Justiça ou pelo júri do



Procedimento, designadamente as respeitantes à prestação de esclarecimentos e ao exercício do direito de audiência prévia;

- d) Receber e responder a todas as notificações e comunicações que se revelem necessárias ao cumprimento dos prazos e normas constantes do CCP, caso a adjudicação venha a ser efetuada à entidade convidada.
- 6. Se aplicável, no caso de agrupamento de concorrentes, os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser também apresentados os instrumentos de mandato, emitidos por cada uma das entidades que o compõem ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por cada um dos membros do agrupamento ou respetivos representantes.

Cláusula 13.ª

Modo e prazo para apresentação de propostas

1. O prazo para apresentação da proposta termina às 23:59 min do **15.º dia, a contar da data do envio, para publicação do anúncio no Diário da República**, nos termos do n.º 1 do artigo 135.º do CCP.
2. As propostas têm de ser apresentadas na plataforma eletrónica em uso pela Provedoria de Justiça, em <http://www.acingov.pt>.
3. As propostas assim como todos e cada um dos documentos carregados na plataforma deverão ser assinadas eletronicamente, mediante a utilização de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto na Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
5. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para o carregamento da proposta e respetivos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido recebidas até à data referida no n.º 1 da presente cláusula.
6. No caso de agrupamento de concorrentes, as propostas deverão ser assinadas eletronicamente pelo representante comum designado por todos, submetendo na plataforma o documento atributivo dos poderes de representação.



Cláusula 14.ª

Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

Cláusula 15.ª

Idioma

1. Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, e quando não o sejam devem ser sempre acompanhados de tradução devidamente legalizada, admitindo-se que em função das especificidades técnicas dos serviços propostos e “*fichas técnicas*” possam ser apresentadas em língua inglesa, conforme previsto no n.º 2 do artigo 58.º do CCP.
2. Em caso de redação em qualquer outra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Cláusula 16.ª

Prazo de manutenção das propostas

O prazo da obrigação da manutenção das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Cláusula 17.ª

Abertura das propostas

A abertura eletrónica das propostas e dos documentos que as acompanham terá lugar no dia útil imediato à data limite para apresentação das propostas.

SECÇÃO III

ANÁLISE E ADJUDICAÇÃO



Cláusula 18.ª

Análise das propostas

1. São excluídas as propostas que apresentem alguns dos motivos constantes dos artigos 70.º e 146.º do CCP.
2. As propostas são analisadas de acordo com o critério de adjudicação estabelecido na cláusula 19.ª deste programa de procedimento.
3. Analisadas as propostas, nos termos do artigo 70.º do CCP, o júri elabora o relatório preliminar no qual propõe a ordenação das propostas admitidas.
4. No relatório preliminar o Júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, nos termos dos artigos 70.º e 146.º, ambos, do CCP.
5. O Júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito de análise e da avaliação das propostas, ao abrigo do artigo 72.º do CCP.
6. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
7. Os pedidos do Júri, bem como as respetivas respostas, são disponibilizados na plataforma eletrónica [acinGov](https://www.acin.gov.pt), e todos os concorrentes notificados desse facto.

Cláusula 19.ª

Exclusão das propostas

Serão excluídas as propostas:

- a) Que não correspondam às especificidades fixadas no caderno de encargos;
- b) Que tenham sido apresentadas depois do termo do prazo fixado para a sua apresentação;
- c) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do CCP;
- d) Que a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;



- e) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- f) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º ou no n.º 1 do artigo 58.º do CCP;
- g) Que sejam apresentadas como variantes;
- h) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;
- i) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- j) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras referidas no n.º 4 do artigo 132.º do CCP;
- k) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP;
- l) Que careçam de algum dos seguintes elementos: **i)** Identificação do concorrente; **ii)** Identificação do procedimento; **iii)** Indicação do preço por extenso e por algarismos; **iv)** Indicação de que ao preço proposto acresce o IVA; **v)** algum elemento, dos exigidos, que inviabilize a apreciação da proposta, designadamente dos constantes na cláusula 12.ª deste programa de procedimento.

Cláusula 20.ª

Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, é feito de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do código dos contratos públicos.
2. A proposta considerada economicamente mais vantajosa será aquela que apresentar o preço total por lote mais baixo.
3. Se por via da aplicação do critério definido no número anterior se verificar a igualdade do valor entre duas ou mais propostas, a adjudicação será atribuída àquela que for selecionada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes mediante notificação via plataforma eletrónica.



4. O sorteio realizar-se-á através de extração direta de cupões com a designação dos concorrentes com igual valor nas propostas admitidas. A ordem de extração dos cupões corresponderá à ordenação das propostas.

Cláusula 21.ª

Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas, o júri elabora um relatório, validando o cumprimento do caderno de encargos, bem como a validade das propostas à luz da legislação aplicável e do disposto no presente programa de procedimento, ordenando as propostas, nos termos do n.º 1 do artigo 146.º do CCP.
2. No relatório a que se refere o número anterior, o júri propõe também, se aplicável, a exclusão de propostas.

Cláusula 22.ª

Audiência prévia

1. Elaborado o relatório preliminar, o Júri procede à audiência prévia, enviando-o a todos os concorrentes e concedendo-lhes o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que se pronunciem por escrito, nos termos do artigo 147º do CCP.
2. Cumprido o disposto no número anterior, o Júri elabora um relatório fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo da audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta caso se verifique, nesta fase, a ocorrência dos motivos previstos no nº 2 do artigo 146º do CCP.
3. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constantes do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia nos termos indicados no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 23.ª

Relatório final

1. Cumprida a audiência prévia, o júri elabora o relatório final, que, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de procedimento é enviado ao Órgão competente para a decisão de contratar.



2. O Júri do procedimento nesta fase pode, ainda, propor a exclusão de qualquer proposta se verificar a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146º do CCP.
3. No caso previsto no ponto anterior, do Relatório Final quando resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do Relatório Preliminar, o Júri do procedimento procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos.
4. Cabe ao Órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Cláusula 24.ª

Adjudicação

1. O Órgão competente para a decisão de contratar, toma a decisão de adjudicar e notifica-a a todos os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a Provedoria de Justiça notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos, de acordo com o artigo 81.º do CCP, no prazo de 5 (cinco) dias.
3. O adjudicatário será ainda notificado, em simultâneo, para se pronunciar sobre a minuta do contrato (*se aplicável*)

Cláusula 25.ª

Causas de não adjudicação

1. Não há lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, quando:
 - a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
 - d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem;
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, é notificada a todos os concorrentes.



3. No caso da alínea c) do n.º 1, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

Cláusula 26.ª

Revogação da decisão de contratar

A decisão de não adjudicação prevista na cláusula anterior determina a revogação da decisão de contratar.

Cláusula 27.ª

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, nos termos do artigo 81.º do CCP e da Portaria nº 372/2017, de 14 de dezembro, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação para o efeito, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** do CCP, cuja minuta se apensa ao presente Programa de Procedimento e do qual faz parte integrante.
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - c) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou, em sua substituição, o código de acesso para consulta *on-line*;
 - d) Identificação do(s) representante(s) do adjudicatário com poderes para a outorga do contrato, nomeadamente nome, número de cartão de cidadão e sua validade e número de identificação fiscal;
 - e) De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, tratando-se de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário, para além dos documentos referidos nos pontos anteriores, deve, também, apresentar o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar;
2. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do n.º 1 se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.



3. **Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto:**

- 3.1. **Juntamente com os documentos de habilitação, e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá apresentar documento comprovativo de registo no RCBE;**
- 3.2. **Tendo em conta o disposto no artigo 36.º do Anexo à Lei n.º 89/2017, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no regime jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela referida lei, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87 – A do CCP;**
- 3.3. **Ao adjudicatário será concedido um prazo de 5 (cinco) dias para se pronunciar, em sede de audiência prévia, relativamente ao facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º - A do CCP.**
- 4. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação **pode ser prorrogado, por uma única vez**, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período **não superior a 5 (cinco) dias**.
- 5. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do presente Programa de Concurso, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das atividades objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.
- 6. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa aceitando-se, porém, quando pela sua própria natureza ou origem, que sejam apresentados em língua estrangeira sem necessidade de tradução.
- 7. Quando o adjudicatário for um agrupamento, deve ser apresentado um comprovativo de constituição de consórcio, conforme exigido no n.º 3.3 da cláusula 6.ª ‘Participação’ e todos os demais documentos indicados na presente cláusula.
- 8. O prazo de supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação é de 2 (dois) dias úteis, conforme o disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 132º do CCP.

Cláusula 28.ª

Caução

- 1. Não é exigível prestação de caução ao abrigo do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.



2. A entidade adjudicante pode, caso considere conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, conforme o previsto no n.º 3 do artigo 88.º, do mesmo diploma legal indicado no número anterior.

Cláusula 29.ª

Caducidade da adjudicação

1. A adjudicação caduca se o adjudicatário, por facto que lhe seja imputável, não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no programa do procedimento;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos; e
2. Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
3. Nos casos previstos na presente cláusula, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

SECÇÃO IV

CONTRATO

Cláusula 30.ª

Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar

1. O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.



-
2. Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum:
- a) A violação dos parâmetros base fixados no caderno de encargos nem a dos aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
 - b) A inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.

Cláusula 31.ª

Notificação da minuta do contrato

Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os eventuais ajustamentos propostos nos termos do disposto na cláusula anterior.

Cláusula 32.ª

Aceitação da minuta do contrato

A minuta do contrato a celebrar e os eventuais ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

Cláusula 33.ª

Reclamação da minuta do contrato

- 1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
- 2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
- 3. No caso de ajustamentos propostos e que tenham sido recusados pelo adjudicatário, estes não fazem parte integrante do contrato.

Cláusula 34.ª

Notificação dos ajustamentos ao contrato

No caso de ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário, estes devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.



Cláusula 35.ª

Outorga do contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, nos termos do artigo 104.º do CCP.
2. A outorga do contrato deve ser feita através de assinatura por meios eletrónicos.
3. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, a data, a hora e o meio eletrónico através do qual ocorrerá a outorga do contrato.

Cláusula 36.ª

Não outorga do contrato

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do CCP.
2. Nos casos previstos no número anterior, o adjudicatário perde a caução prestada a favor da entidade adjudicante, devendo o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
3. Se, por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto no n.º 1 da cláusula anterior, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, devendo aquela liberar a caução que este haja prestado, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta e com a prestação da caução.
4. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário pode, em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.
5. Sem prejuízo de outras causas de caducidade previstas no CCP ou resultantes de outra legislação aplicável, determina ainda a caducidade da adjudicação a ocorrência superveniente de circunstâncias que inviabilizem a celebração do contrato, designadamente por impossibilidade natural ou jurídica, extinção da entidade adjudicante ou do adjudicatário ou por insolvência deste.



6. Quando as causas de caducidade da adjudicação referidas no número anterior respeitem ao adjudicatário, a entidade adjudicante deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
7. O adjudicatário deve indemnizar a entidade adjudicante, nos termos gerais, pelos prejuízos que culposamente tenha causado.

SECÇÃO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 37.^a

Prova de declarações

1. A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelo concorrente.
2. A não apresentação pelo concorrente ou adjudicatário dos documentos solicitados ao abrigo do disposto na presente cláusula, por motivo que lhe seja imputável, determina a exclusão do procedimento ou a anulação da adjudicação, consoante o caso.

Cláusula 38.^a

Proteção de dados

1. O tratamento de dados pessoais obedecerá ao disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (*Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016*), sendo os mesmos utilizados exclusivamente para os fins decorrentes do presente concurso, seja na fase da formação do contrato seja na fase da respetiva execução.
2. Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a publicitação do contrato é feita no Portal BASE, incluindo anexos e/ou aditamentos, com exceção das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das informações respeitantes a dados pessoais.



Cláusula 39.ª

Falsidade de documentos e de declarações

Sem prejuízo de participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações em propostas ou candidaturas determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a caducidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

Cláusula 40.ª

Notificações

As notificações previstas no presente Código devem ser efetuadas através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>, ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

Cláusula 41.ª

Comunicações

1. Todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os candidatos, os concorrentes ou o(s) adjudicatário(s) relativas à fase de formação do contrato devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. As comunicações, trocas e arquivo de dados e informações previstos no presente procedimento e de acordo com o CCP processam-se através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>, em obediência aos princípios e regras definidos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Cláusula 42.ª

Data da notificação e da comunicação

1. As notificações e as comunicações consideram-se feitas:
 - a) Na data da respetiva expedição, quando efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, salvo o disposto no número seguinte;
 - b) Na data constante do relatório de transmissão bem sucedido, quando efetuado através de telecópia, salvo o disposto no número seguinte.



2. As notificações e as comunicações que tenham como destinatário a entidade adjudicante ou o contraente público e que sejam efetuadas através de correio eletrónico, telecópia ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

Cláusula 43.ª

Contagem dos prazos

Os prazos estabelecidos no presente programa contam-se nos termos do artigo 470.º do CCP, na sua redação em vigor.

Cláusula 44.ª

Foro competente

Para resolução dos eventuais litígios emergentes da execução do procedimento objeto do presente procedimento fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 45.ª

Legislação aplicável

1. Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente programa do procedimento, ou nos documentos que legalmente o integram, aplicar-se-á o regime previsto no CCP aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação aplicável.
2. Em respeito pelo n.º 2 do artigo 1.º A do CCP, o adjudicatário compromete-se a executar o contrato em respeito pelas normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.
3. As normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

[Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

[Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 artigo 81.º do CCP – **Anexo II do CCP**]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º